

Parecer sobre a zona húmida das Alagoas Brancas de Lagoa

Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves

Lisboa, 4 de abril de 2023

Enquadramento do parecer

1. A Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves (SPEA) é uma associação de direito privado, sem fins lucrativos, com estatuto de Utilidade Pública, dedicada ao estudo e proteção das aves selvagens e dos seus habitats, para usufruto das gerações futuras.
2. A SPEA realizou o presente parecer a pedido da Comissão de Ambiente e Energia da Assembleia da República, por solicitação do Seu Presidente, o Deputado Tiago Brandão Rodrigues, em 20 de março de 2023.
3. O parecer agora emitido enquadra-se nas competências técnicas da SPEA, no âmbito da sua intervenção em prol do interesse público, e pretende esclarecer sobre o valor natural e ambiental das Alagoas Brancas, bem como da sua importância para a segurança e qualidade de vida dos cidadãos de Lagoa.

Reconhecimento do valor natural das Alagoas Brancas

4. O sítio denominado Alagoas Brancas é uma zona húmida de carácter sazonal e representa a única área restante de uma antiga zona húmida mais vasta que outrora deu o nome à cidade e concelho de Lagoa.
5. Um estudo realizado pela Associação Almargem, em parceria com a SPEA, o Centro de Investigação Marinha e Ambiental da Universidade do Algarve, o TAGIS - Centro de Conservação das Borboletas de Portugal e o *Centre for Ecology, Evolution & Environmental changes* da Universidade de Lisboa, em 2019, revelou que, apesar da sua pequena dimensão, esta área é rica em vida selvagem, nomeadamente em espécies com estatutos de proteção elevados.
6. Nas Alagoas Brancas, de acordo com o estudo de 2019, já tinham sido registadas 114 espécies de aves. A zona alberga cerca de 1% da população regional (Mediterrâneo, Mar Negro e África Ocidental) de ibis-preta *Plegadis falcinellus*, o que potencialmente a classifica ao abrigo da convenção de RAMSAR. Para além desta espécie, ocorre ali um vasto leque de espécies de aves aquáticas ao longo do ano, sendo de destacar a nidificação de camão *Porphyrio porphyrio*.
7. Foram registadas 71 espécies de insetos e outros artrópodes. O local alberga ainda oito espécies de artrópodes com valor de conservação, nomeadamente crustáceos, borboletas diurnas, libélulas e libelinhas.
8. A área engloba habitats naturais e semi-naturais constantes do anexo B-I do Decreto-Lei n.º 49/2005, tendo sido registada a presença de *Crypsis aculeata*, uma planta pouco comum em Portugal.
9. Face à singularidade e abundância das espécies presentes na área, o referido estudo aponta a criação de uma área protegida como essencial e imprescindível para a conservação e gestão da área, sendo sugerida uma zonação em unidades biológicas diferenciadas e unidades práticas de gestão. Foram

ainda propostas várias medidas para salvaguardar e assegurar o bom estado ambiental dos valores naturais presentes, como a gestão e monitorização do nível da água de forma a criar habitats com diversos graus de emersão, o condicionamento e ordenamento do acesso, requalificação de zonas degradadas e valorização da área através de um plano de visitação.

10. O referido estudo foi entregue à Município de Lagoa, ao Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve (CCDR Algarve), e amplamente divulgado ao público imediatamente logo após a sua conclusão em abril de 2019.
11. Após a apresentação do estudo da Associação Almargem a posição do ICNF relativamente à importância natural das Alagoas Brancas alterou-se. Em dezembro de 2017 o ICNF defendia que “a área não apresenta valores que justifiquem considerá-la como tendo importância para a avifauna, mesmo que regionalmente, e menos ainda para a sua classificação”. Posteriormente, em julho de 2021, admitiu que “poderia a mesma ser classificada como área protegida de âmbito regional ou local, cabendo à Câmara Municipal ponderar e decidir sobre essa matéria” e que “a existência de biodiversidade no local, que ficará prejudicada com a execução do projeto, podendo ocorrer impactes significativos no ambiente. Assim, considera-se que se justificará em nosso entender a sujeição do projeto a procedimento de AIA”. Ou seja, é altamente relevante que a Autoridade Nacional em matéria de conservação da natureza altere a sua apreciação sobre a importância e o valor natural das Alagoas Brancas face à existência de informação mais completa e abrangente. O ICNF passou de uma posição em 2017 em que não admitia a classificação das Alagoas Brancas como área protegida, para uma posição em 2021 em que admite a sua classificação como área protegida de âmbito regional ou local, face aos valores naturais entretanto inventariados no estudo coordenado pela Associação Almargem, e pede a realização de um Estudo de Impacto Ambiental sobre o projeto imobiliário que ali se pretende realizar.
12. Com o passar do tempo, o acumular de informação recolhida sistemática ou aleatoriamente sobre as Alagoas Brancas permite aumentar o conhecimento sobre o local e melhorar a avaliação da sua real importância para a biodiversidade. Em 2017 um parecer da SPEA e da Associação Almargem indicava a ocorrência no local de 74 espécies de aves, posteriormente o estudo coordenado pela Almargem em 2019 inventaria um total de 114 espécies, e neste momento, passados quatro anos sobre esse estudo, podemos constatar no portal PortugalAves/eBird que foi já registado um total de 146 espécies de aves. É extraordinário, e revelador da sua importância ecológica, que um local tão pequeno e inserido na malha urbana de Lagoa, albergue um tão grande número de espécies de aves, ainda que muitas ocorram de forma esporádica.
13. Para a SPEA, volvidos quatro anos sobre a realização do estudo coordenado pela Associação Almargem, o conhecimento adicional que existe, pelo menos para o grupo das aves, corrobora e reforça as conclusões desse estudo sobre a importância ecológica das Alagoas Brancas e o seu papel fundamental como suporte de biodiversidade, ao nível local, regional, nacional e até internacional.

Intervenção dos cidadãos e dos decisores políticos

14. A biodiversidade está em perigo em tudo o Mundo. Com a redução acentuada da biodiversidade, desaparecem os serviços essenciais de regulação do clima e de funcionamento dos ecossistemas,

- que são fundamentais para a qualidade de vidas das populações Humanas. A União Europeia (EU) procura implementar uma estratégia que tem como objetivo colocar a biodiversidade da Europa numa trajetória de recuperação até 2030. Estratégia de Biodiversidade da EU para 2030 pretende reforçar a resiliência da nossa sociedade a futuras ameaças como: a) efeitos das alterações climáticas; b) incêndios florestais; c) insegurança alimentar; e d) surtos de doenças.
15. Estratégia de Biodiversidade da EU assenta em três ações principais: a) o aumento da rede de áreas protegidas na terra e no mar em toda a EU; b) o restauro ecológico dos ecossistemas degradados, com particular relevância para as zonas húmidas; e c) o envolvimento alargado de decisores públicos (nacionais e locais), das empresas e dos cidadãos individuais.
 16. A proteção da Biodiversidade é um desígnio Mundial da Humanidade, também Europeu e Nacional, e acima de tudo deve ser um desígnio dos Executivos Municipais, que são quem tem a tutela direta da gestão do território.
 17. Dada a emergência Global, a proteção da biodiversidade tem de ser feita em todo lado e por todos os cidadãos e instituições, e não apenas nas redes ou sistemas de áreas protegidas.
 18. A proteção e restauro do ecossistema das Alagoas Brancas tem, pois, fundamento no interesse local e numa estratégia europeia e global de combate à perda de biodiversidade e às alterações climáticas.
 19. A proteção e restauro das Alagoas Brancas é defendida por um grupo de cidadãos de Lagoa de forma determinada pelo menos desde 2017. O movimento pela proteção e restauro das Alagoas Brancas tem obtido apoio alargado em todo o país e fora de Portugal. A autoridade nacional de conservação da natureza admite que o local tem valores naturais suficientes para a criação de uma área protegida de âmbito local ou regional. Para a SPEA é evidente que a recuperação daquela zona húmida é uma oportunidade a não perder para a criação de um local único na cidade para o usufruto da população, para a proteção da natureza e para a redução do impacto de cheias e enxurradas.
 20. O Município de Lagoa tem o poder e a legitimidade, mas também tem a obrigação de gerir bem o seu território. É incompreensível e inaceitável nos dias de hoje, à luz do conhecimento atual, que se preconize a destruição de uma zona húmida para a instalação de num projeto imobiliário, que poderia ser instalado noutra local da cidade. O promotor imobiliário estará certamente disponível para negociar a mudança de local, e o Município de Lagoa, um dos municípios nacionais com maior solidez financeira, está certamente em boa posição para o fazer, se for essa a sua vontade.
 21. Outros municípios no Algarve já deram o exemplo, incentivando a intervenção dos cidadãos na gestão do território e a valorização de espaços naturais junto dos centros urbanos, onde pequenas áreas naturais, como as Alagoas Brancas, podem servir de local de lazer e de partilha de conhecimento para as pessoas, e de fonte de mitigação das alterações climáticas e proteção da biodiversidade. São exemplos disso o restauro do paul de Lagos, em Lagos, a proteção da foz do Almargem, em Loulé, ou a futura reserva natural da Lagoa dos Salgados, em Silves.

Conclusão

22. A SPEA acredita que é possível reverter o processo e restaurar os danos ambientais já causados nas Alagoas Brancas. Com ações de restauro adequadas é possível recuperar a zona húmida em toda a sua extensão. O Executivo Municipal de Lagoa sabe dos valores naturais que a área contém, bem como da vontade de muitos cidadãos para protegê-la. Por isso, ainda vai a tempo de tornar as



Alagoas Brancas num *ex-libris* de cidadania e de proteção da natureza em ambiente urbano. Ainda vamos a tempo de tornar o local num espaço diferenciador da cidade de Lagoa. Um espaço para a natureza e para as pessoas. Um espaço de conhecimento, aprendizagem e usufruto para as gerações futuras. Pensamos que todos ficam bem num desfecho com as Alagoas Brancas protegidas e restauradas. Ganham a cidade e os cidadãos, ganha o Executivo Municipal, e acima de tudo ganha a Democracia ativa e participativa.

Lisboa, 4 de abril de 2023

Domingos Leitão
Diretor Executivo

Em Anexo será enviado o seguinte documento:

Mendes, Filipa (coord.) 2019. *PROJETO VALORIZAÇÃO DAS ZONAS HÚMIDAS DO ALGARVE - ALAGOAS BRANCAS*. Almargem/SPEA/UAlg-CIMA/Tagis/cE3c-ULis.